

Centrinho de Bauru comemora 14 anos com a reinauguração de parque infantil

Instituição festejou o novo local com festa de confraternização promovida por doadores. Centro oferece reabilitação grátis a 25 crianças com problemas de surdez e espera cuidar de mais 10, em 2005

Reinauguração de parque infantil e festa de confraternização realizadas com doação de colaboradores marcaram a comemoração dos 14 anos de atendimento a crianças vítimas de problemas auditivos do Centro Educacional do Deficiente Auditivo (Cedau). O trabalho resulta de parceria entre o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP, o Centrinho, de Bauru, e a Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais. No Cedau, 25 menores portadores dessa necessidade especial recebem atendimento de estímulo à audição e à fala de uma equipe de fonoaudiólogas, psicólogas e pedagogas, a maioria habilitada em audiocomunicação e assistência social.

A tarefa do Centro é auxiliar o jovem a usar os aparelhos para que possa usufruir sua audição residual e aprenda a ouvir e a falar de modo a ampliar os conhecimentos e o convívio com crianças ouvintes, e a se integrar ao mundo dos sons em que está inserido. Para fazer parte do programa, o portador de perda auditiva neurossensorial, sem outros comprometimentos, deverá ser usuário de aparelho de amplificação sonora individual ou de implante coclear, ter idade entre 2 e 12 anos e residir em Bauru ou região. Exige-se assiduidade no acompanhamento do programa de reabilitação e frequência escolar de ensino regular.

Claudeci Martins

Da Agência Imprensa Oficial



Festa no Centrinho, de Bauru, comemora a reinauguração do parque infantil...



...e o trabalho que devolve a audição a duas dezenas de crianças deficientes

Do silêncio aos sons

Outro requisito imposto pelo Cedau é que os pais e os professores participem do trabalho multidisciplinar e clínico desenvolvido pelo grupo de profissionais. A reabilitação para a vida normal inclui atividades pedagógicas, principalmente a estimulação da linguagem oral e o ensino da língua portuguesa escrita e atendimentos clínicos. A oralidade é desenvolvida com atividades terapêuticas, pedagógicas e de vivência, e com ações educativas, recreativas e culturais. As crianças atendidas no Cedau são regularmente pacientes do Centrinho da USP. A maioria passou pela instituição para colocar o aparelho ou fazer o implante. "É muita satisfação ver uma criança que chegou aqui sem falar e ouvir e hoje canta em coral, brinca e exerce sua cidadania. Nosso trabalho é fazê-la sair do mundo do silêncio e entrar para o mundo dos ouvintes", opina Maria José Monteiro Benjamin Buffa, pedagoga e coordenadora do Centro.

"Deficiência auditiva não é surdez"— Antes de ser admitido no Cedau, o menor passa por diagnóstico de avaliação de capacidade auditiva. "Não adianta só colocar o aparelho ou fazer o implante. É preciso que tenha resíduo auditivo para que possamos ensiná-lo a usá-lo e, dessa forma, aprender a ouvir e a falar. Por isso, envolvemos a escola e a família no tratamento. Capacitamos o professor para lecionar para as crianças e orientamos os pais como ajudar seus filhos", esclarece Maria José. Até o mês outubro, foram feitos 2.560 atendimentos: 1.301 de fonoaudiologia; 715 de pedagogia; 395 de psicologia e 159 de serviço social. Para 2005, está prevista a entrada de mais 10 alunos no programa, que estão em processo de avaliação.

No País, poucas instituições oferecem, gratuitamente, serviços de reabilitação aos deficientes auditivos. O número de brasileiros com esse problema é de três para cada mil nascimentos, de acordo com estimativas do Ministério da Saúde. As famílias abrangidas são, em sua maioria, desprovidas de condições financeiras que garantam tratamento especializado. Segundo o otorrinolaringologista do Centrinho, Orozimbo Alves Costa Filho, "ter uma deficiência auditiva não significa ser surdo". O indivíduo pode apresentar desde uma pequena alteração, que mal é percebida, até uma surdez profunda ou severa.

Livro da Assembléia Legislativa define direitos de deficientes

No Dia Internacional dos Portadores de Deficiência, 3 de dezembro, o Departamento de Documentação e Informação (DDI) da Assembléia Legislativa do Estado lançará publicação contendo todas as leis federais, estaduais e municipais que definam os direitos dos portadores de necessidades especiais. A distribuição será gratuita e o livro, uma fonte de consulta sobre os direitos dos deficientes previstos em convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Segundo Sidney Beraldo, presidente da Assembléia Legislativa, a obra é uma iniciativa de inclusão social que reafirma o direito dessas pessoas e possibilita melhor qualidade de vida. Traz textos complementares e fotos de entidades que participaram da produção, como a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), Associação Brasileira



de Desportos para Cegos (ABDC), Associação Brasileira de Distrofia Muscular (ABDIM), Associação Brasileira de Esclerose Múltipla, Associação Metroviários dos Excepcionais (AME), Centro de Vida Independente Araci Nallin (CVIAN), Associação Cruz Verde e Fundação Dorina Nowill.

A legislação pesquisada para a publicação e os textos dos tratados e con-

venções internacionais formarão uma base de dados que pode ser permanentemente alimentada, e estará disponível para consulta no site da Assembléia Legislativa: www.al.sp.gov.br. Essa edição traz, também, endereços de entidades e de órgãos que tratam do assunto. O próximo passo será gravá-lo em áudio e oferecer em CD todo o conteúdo publicado, com o objetivo de facilitar a consulta dos portadores de deficiências visuais. O livro pode ser retirado no DDI da Assembléia Legislativa, na Avenida Pedro Álvares Cabral, 201 – 5º andar. A solenidade de lançamento será no Hall Monumental da Assembléia, das 10 às 12 horas. Mais informações pelo tel. (11) 3886-6815 ou pelo e-mail dedi@al.sp.gov.br.

Rogério Silveira

Da Agência Imprensa Oficial